

Montrealbank prevê deságio de 20%

Os títulos da dívida externa brasileira a serem convertidos em investimentos diretos no País deverão sofrer um deságio em torno de 20%. A expectativa é do Presidente do Banco Montreal de Investimento, Pedro Leitão da Cunha. Segundo ele, na conversão dos créditos deverão prevalecer as aplicações diretas em empresas (principalmente aquelas do ramo de exportação e de bens de consumo duráveis), que tendem a superar as aplicações em Bolsa de Valores.

Pedro Leitão da Cunha acredita ainda que as empresas, em função de sua margem de rentabilidade, terão condições de absorver, na hora da conversão, um deságio maior de que as Bolsas de Valores. O tratamento fiscal, prosseguiu, deverá ser fundamental para a determinação do deságio.

Mas, sob o aspecto fiscal, Pedro Leitão faz duas ressalvas: para ele, não basta a aplicação da Resolução nº 4.131, do Banco Central, que trata do assunto. É importante também, de acordo com o banqueiro, considerar a fiscalização e a tributação de ganhos nos países de origem, pois isso influenciará muito no deságio a ser negociado entre credores e devedores, uma vez que envolverá também a remessa de lucros das empresas que aplicarem no País. Outro fator que deverá influenciar na negociação do deságio é o comportamento dos mercados oficial e paralelo do dólar, lembrou Pedro Leitão da Cunha.

O deságio dos títulos, aliás, parece ser mesmo uma das maiores preocupações dos banqueiros e empresá-



Pedro Leitão da Cunha

rios. O Presidente do Banco Montreal de Investimento lembra que quem troca o título de credor por participação efetiva numa empresa quer compensar a rentabilidade que teria com a **libor** (taxa de juros do mercado londrino) e o **spread** (taxa de risco), se ainda estivesse de posse do título.

Há duas semanas, o Banco Montreal obteve autorização da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para constituir um fundo de conversão de dívida com créditos da própria instituição, ao contrário de experiências anteriores no País, que incluem participação de bancos estrangeiros. São US\$ 100 milhões que serão aplicados em Bolsa de Valores a partir de recursos próprios do banco. Agora, depende apenas da autorização do Banco Central o início de operação do fundo.